

TRAJETÓRIAS DE UM CONCEITO: A ECONOMIA MORAL DOS POBRES

Celso Gestermeier do Nascimento

RESUMO

O século XXI trouxe à tona novos movimentos sociais que fazem uma crítica severa ao sistema capitalista e ao processo de globalização econômica, amparado pela ideologia neoliberal que floresce desde os anos de 1980. Neste artigo faremos a trajetória do conceito de Economia Moral dos Pobres, proposto pelo historiador Edward P. Thompson nos anos de 1970 para pensar os motins de fome na Inglaterra no século XVIII, o qual, ao nosso ver, continua útil para refletirmos acerca dos movimentos sociais recentes, como atestam o cientista político James C. Scott e o antropólogo Marc Edelman, mostrando que tal conceito não se restringe a estudos de história, mas também a sociologia do século atual.

Palavras-chave: Economia Moral; Resistência Cotidiana; Movimentos Sociais.

PATHS OF A CONCEPT: THE MORAL ECONOMY OF THE POOR

ABSTRACT

The Twenty-first Century has brought about new social movements that make a severe criticism of the capitalist system and the economic globalization process, supported by the neoliberal ideology that blooms from year 1980. In this article we will focus on the trajectory of the concept of Moral Economy of the Poor proposed by historian Edward P. Thompson in the 1970s to think the hunger riots in England in the Eighteenth Century, which, in our view, remains still useful to reflect on the recent social movements, as evidenced by the political scientist James C. Scott and anthropologist Marc Edelman, showing that such a concept is not restricted to history studies, but also to the sociology of the present Century.

Key words: Moral Economy; Everyday Resistance; Social Movements.

INTRODUÇÃO

O século XXI traz como principal característica um modelo de globalização que não se restringe apenas à esfera econômica, mas busca impor um modelo de sociedade a partir do viés ocidental. Nesse sentido, diversos movimentos sociais têm surgido para galvanizar as insatisfações mundiais contra tal projeto e nos colocar questões importantes a serem pensadas na relação entre o local e o global.

Uma das possibilidades de ação que muitos ativistas têm colocado em tela refere-se a ações diretas contra instituições, consideradas símbolos do modelo neoliberal, como recentemente pode-se ver pelas ações do Movimento Passe Livre, ou mais particularmente dos Black Bloc, nas ruas das grandes cidades brasileiras. Por outro lado, a ação político partidária parece está descreditada no mundo todo, com o estado-nação cedendo espaço para grandes corporações multinacionais e, dessa forma, verificamos uma época de crise da democracia representativa, ao passo que projetos de democracia participativa ganham espaço no discurso dos citados movimentos sociais contemporâneos.

Uma opção que tem sido colocada junto às ações diretas é a resistência cotidiana, particularmente em movimentos de ecologia e preservação ambiental, em que uma nova educação para o ser humano do futuro passa pelo respeito para com a natureza e oposição a projetos de degradação ambiental. Dessa forma, ouvimos cada vez mais termos como “desenvolvimento sustentável”, “respeito à biodiversidade”, etc. Tais questões parecem se aliar a um combate mais direto, político, de enfrentamento aos símbolos do sistema capitalista e pare-

cem refletir um momento marcante da sociedade do século XXI.

No entanto, muitas estratégias de oposição ao sistema capitalista, representado pelo combate a seu mais importante instrumento, o livre mercado, podem ser encontrados em infinitas variações há séculos. Neste caso em particular pretendemos refletir acerca de atitudes que geralmente não são registradas pelos livros de história, mas que servem de instrumento a quem não se encaixa na elite do modelo econômico, as classes subalternas – mas não só elas – e têm legado um arsenal de formas de resistência durante esses anos.

Nesse sentido, propomos refletir acerca do conceito de Economia Moral proposto pelo historiador Edward Thompson e aprofundado pelo cientista político e antropólogo James C. Scott, professor do Centro de Estudos Agrários de Yale - que influenciou e continua a influenciar muitos trabalhos acerca da dominação e da resistência de grupos dominados. Nesse rastro que a utilização do conceito nos legou dialogaremos ainda com outros autores, brasileiros e estrangeiros, notadamente o antropólogo Marc Edelman, da Universidade da Cidade de Nova York. Tal trajeto aponta para a importância dos estudos interdisciplinares, tanto no campo das teorias, quanto das metodologias para que possamos refletir acerca da complexidade social que se apresenta no novo século.

A defesa da existência de uma Economia Moral dos Pobres nos coloca face a face com muitas ações contemporâneas que buscam enfrentar no cotidiano as premissas básicas do sistema capitalista e suas contradições, que parecem se tornar cada vez mais óbvias ante o processo de globalização econômica¹.

¹ Utilizamos o conceito de globalização econômica para nos diferenciarmos de outro, globalização humana, que caracteriza os movimentos sociais mais recentes.

1. E. P. THOMPSON E A ECONOMIA MORAL NA INGLATERRA DO SÉCULO XVIII

No ano de 1971, Thompson traz à luz um trabalho que vinha executando desde 1963, intitulado *Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII*². Nesse trabalho o autor chama a atenção para a temática dos motins de fome e da ação da multidão na Inglaterra do século XVIII, alertando para o perigo da “visão espasmódica” que retrata a gente comum como apenas reagindo a estímulos, no que se chamou de “rebeliões do estômago”. Tal constatação serve para o autor contestar uma “visão redutora do homem econômico”, perspectiva teórica muito poderosa na época:

Contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão. É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência. (Thompson, 1998b, p. 152).

Thompson afirma que os conflitos por pão nos mercados ingleses do século XVIII não são simplesmente uma resposta óbvia ao problema da fome. Para tal, faz-se necessário perceber a importância cada vez maior do trigo

branco na vida da população pobre inglesa e a recusa em se conformar com um pão grosseiro, negro, visto até como “venenoso”.

Para consolidar sua tese, o autor explica como eram as normas do mercado até 1777, quando primeiro os pobres compravam, depois – e somente depois – é que os comerciantes abastados tinham acesso ao produto, sendo proibido o açambarcamento, a revenda, a compra antecipada, a retenção de produto no campo etc. Ou seja, havia toda uma legislação para controlar um mercado “paternalista”, impedindo a “livre concorrência”, protegendo os mais pobres e prescrevendo punições para os infratores. O preço do trigo era usado para fixar-se o preço do pão, segundo os dizeres da época, a um “preço justo”, o que se espalhava para todos aqueles que lidassem com o produto, como os moleiros e os padeiros, que também deveriam ser remunerados “justamente”, sem lucros extorsivos.

Tal situação passa a ser contestada por fazendeiros, que buscam negociar fora do mercado valendo-se do sistema de amostragem – quando se negociava sem o produto presente – o que começa a colocar em dúvida a transparência dos procedimentos do mercado:

Os paternalistas e os pobres continuavam a se queixar da extensão das práticas do mercado que nós, em retrospectiva, tendemos a admitir como inevitável e “natural”. Mas o que agora parece inevitável não era necessariamente aceito no século XVIII. Um folheto característico (de 1768) exclamava de modo indignado contra a suposta liberdade

² Este trabalho foi apresentado originalmente como *The Moral Economy of the English crowd in the 18th – century. Past & Present*, 50, 1971. A edição que usamos foi Thompson (1998b).

de cada fazendeiro fazer o que bem quisesse com o que era seu. Isso seria uma liberdade “natural”, mas não “civil”. (Thompson, 1998b, p. 158).

É aqui que começa a se esboçar o centro da argumentação de Thompson, pois se verifica o rompimento do modelo paternalista ao mesmo passo em que cresce o ressentimento popular que iria originar os motins. O novo modelo de mercado é caracterizado pela lei da oferta e da procura, estocagem, associação entre intermediários e importadores, acompanhados pelo processo de cercamento dos campos e expulsão de camponeses. Pouco a pouco, o preço deixa de ser “justo” para ser visto como um sinal de exploração pelo produtor, que tinha como resposta os motins:

Na verdade, cresce a convicção de que o tumulto popular contra os que faziam compras antecipadas de grãos não era malvisto pelas autoridades. Desviava a atenção das pessoas dos fazendeiros e dos que viviam de rendas, enquanto as ameaças vagas das sessões trimestrais do tribunal contra os que compravam os cereais de antemão davam aos pobres a noção de que as autoridades estavam cuidando de seus interesses. (Thompson, 1998b, p. 166).

As ações dos açambarcadores são contestadas pelos pobres, da mesma forma que cresce a visão de que as autoridades estão cada vez mais “desatentas” e que muitos moleiros

e padeiros começam a ter má fama: molestadores de mulheres, ladrões, cúmplices de exploradores etc. As insurreições populares possuíam objetivos bem claros e ações organizadas, por exemplo, quando o preço do cereal estava muito elevado, a “turba” enfurecida podia atacar as carroças dos comerciantes e tomar os produtos, pagando por eles o preço considerado justo e devolvendo as sacarias junto com as carroças a seus donos. Em muitos casos exigia-se o cumprimento do “Book Of Orders”³, destacando-se a moderação o que, segundo o autor, denota a exigência de regulação de preços em épocas de escassez, como algo fundamental para a sociedade, chamando a atenção do autor para o fato de que nem sempre a violência está presente e, quando está, é geralmente acompanhada por algum tipo de agravante ou de punição:

(...) se quisermos questionar a visão espasmódica e unilinear dos motins da fome, basta apontar esse motivo contínuo da intimidação popular, quando homens e mulheres, quase a ponto de morrer de fome, ainda assim não atacavam os moinhos e os celeiros para roubar alimentos, mas para punir os proprietários. (Thompson, 1998b, p. 182).

Cumprir notar os pormenores de toda a negociação: avisos ameaçadores colocados nas igrejas e estalagens, formação de multidões e uso de tambores e trompas o que, para Thompson necessita de um baixo grau de organização, formando um padrão que ele considera herda-⁴ e que, por repetir-se há séculos, deve de-

3 Uma compilação das regras de comércio foi forjada entre os anos de 1580 a 1630, cujos elementos centrais eram: inspeção de estoques, especificação de quantidade a serem levadas para o mercado e a imposição de legislação.

4 Esse baixo grau de organização continuará a ser importante nos movimentos sociais que estudamos no século XXI e um dos elementos centrais do pensamento de James C. Scott.

monstrar eficiência⁵. Além disso, há ainda o fato de que a ameaça contava, muitas vezes, com a conivência de uma polícia indefesa e o horror ao uso de força militar – que aumentaria a ira do povo. Assim o melhor seria evitar o conflito:

Essas questões, como forma de prevenir os motins, talvez fossem mais eficazes do que se tem proposto: conseguindo levar os cereais para o mercado, restringindo o aumento dos preços e intimidando certos tipos de lucratividade. Além disso, a disposição para motins certamente funcionava como um sinal para os ricos de que era preciso colocar em bom estado os mecanismos de assistência e caridade da paróquia – cereais e pão subsidiados para os pobres. (Thompson, 1998b, p. 190)

Para o autor, isso leva a observação de dois importantes fatores, ao lado do “contexto socioeconômico total em que operava o mercado”, a própria lógica da pressão que a multidão exercia:

É no interior desse contexto que a função dos motins pode ser esclarecida. No curto prazo, os motins talvez fossem contraproducentes, embora isso ainda não esteja provado. Porém, uma vez mais, os distúrbios eram uma calamidade social, que devia ser evitada mesmo a um custo alto. O custo podia ser o de encontrar um meio-termo entre o preço “econômico” elevado no mercado e o preço “moral” tradicional determinado pela multidão. Esse meio-termo podia ser alcançado pela intervenção dos paternalistas, pelos prudentes limites que fazendei-

ros e negociantes se auto-impunham, ou pela compra de apoio de parte da multidão em troca de subsídios e caridades. (Thompson, 1998b, p. 192).

Parece que tal padrão de protesto social seria “genuína corrente subterrânea de motivação política articulada” (Thompson, 1998b, p.194). Entretanto, ele chama a atenção para o fato de que tais eventos mostram o fim de uma tradição e o começo de outra, onde a pressão por salários, criação de ligas clandestinas, luta pelo salário mínimo etc. seriam marcantes. Sem esquecer, também que as formas de organização – “antigas” – “dependiam de um conjunto particular de relações sociais, o equilíbrio particular entre a autoridade paternalista e a multidão” (Thompson, 1998b, p.196). Portanto, a Economia Moral vista por Thompson refere-se a um “padrão de comportamento”:

Era o lugar onde ocorriam centenas de transações: as notícias eram dadas, os rumores e os boatos corriam por toda parte, discutia-se política (se é que se discutia) nas estalagens ou vendas de vinho ao redor da praça do mercado. O mercado era o lugar onde as pessoas, por serem numerosas, sentiam por um momento que tinham grande força.

Os confrontos do mercado numa sociedade “pré-industrial são certamente mais universais do que qualquer experiência nacional” (Thompson, 1998b, p. 201).

Para o autor trata-se do fim da Economia Moral das Provisões e a ascensão de outra economia, a política que, entretanto, ainda preserva a economia moral das multidões:

⁵ A presença das mulheres é algo que chama atenção, talvez por serem elas que negociavam face a face no mercado, fossem mais sensíveis aos significados dos preços e tivessem mais experiência para detectar estratégias tais como peso insuficiente ou qualidade inferior.

Um sintoma de morte definitiva é termos sido capazes de aceitar por tanto tempo um ponto de vista “economicista” dos motins da fome, como uma reação direta, espasmódica, irracional à fome - um ponto de vista, em si, produto de uma economia política que fez do salário o nexa das reciprocidades humanas. Mais generosa, mas também mais autorizada, era a opinião do xerife de Gloucestershire em 1766. As turbas daquele ano (escreveu) tinham cometido muitos atos de violência, “alguns de dissipação e desregramento; e, em outros casos, de coragem, prudência, justiça, além de demonstrarem perseverança em procurar aquilo que professam querer alcançar”. (Thompson, 1998b, p. 202)

Em *Economia Moral Revisitada* (1998)⁶, Thompson aproveita para retomar questões que havia discutido em seu texto cerca de 20 anos atrás e afirma que isso não tira a contemporaneidade do trabalho, mas que objetiva responder a muitos estudiosos que o criticaram. Não é nossa questão refazer o caminho dessas discussões com os vários autores que ele discute, mas aproveitar o texto e adicionar algumas observações a aproveitar a própria análise de Thompson do trabalho de James Scott, em particular do campesinato.

Um aspecto interessante a cerca do motim que merece ser ressaltado é que nem sempre a fome significa existência de motim – já colocada anteriormente – as comunidades pobres não estão sempre dispostas a eles, ou seja, não é uma resposta “natural” ou “óbvia”, é um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva às estratégias indi-

vidualistas de sobrevivência. No caso dos camponeses as revoltas nem sempre são prestigiadas, pois acreditam que elas possam abalar os deuses, ou a ordem social e fundamentalmente ocorrem “quando os pobres sentem que têm um pouco de poder”, ou seja, não se faz motim em cima do nada, na improbabilidade de sucesso.

O que gostaríamos de destacar neste texto de Thompson é a sua simpatia pelo trabalho de James Scott, que lhe tomou o conceito de Economia Moral e o ampliou em seus trabalhos, aplicando-o a concepções camponesas, notadamente em termos de justiça social e reciprocidades. Embora Scott não faça descrições de valores e de atitudes morais, Thompson reconhece sua necessidade de ampliar o debate sobre tal conceito, aplicando-o na análise de costumes de usos da terra, direito de acesso a produtos etc. e, sobretudo, quando assinala a questão da resistência:

(...) o professor Scott levou o debate para mais adiante (e para os flancos) em sua obra *Weapons of the weak* (Armas dos Fracos), entrando num território no qual as comparações podem ser examinadas com proveito. Esse território não é apenas o das formas tenazes de resistência ao poder que os fracos e os fortes possuem: “o ridículo, a truculência, a ironia, os pequenos atos de não submissão, a dissimulação (...), a descrença nas homilias da elite, os esforços contínuos e dolorosos de defender o que é seu contra desvantagens esmagadoras” É igualmente e ao mesmo tempo, os limites que os fracos podem impor ao poder. (Thompson, 1998c, p. 260)

⁶ Publicado originalmente em 1991: *Customs in commom*. Penguin Books, Harmondsworth.

Quer dizer, Thompson percebe que Scott trabalha Economia Moral como equilíbrio de forças⁷. Ou seja, Economia Moral em Scott é uma “série não verbalizada de entendimentos mútuos”. Isto interessa porque na medida em que o próprio Thompson diz que o conceito já ganhou a maioria, não se julgando mais o responsável por ele e percebendo que Scott o expande para construir um leque de estudos de várias partes e de vários campesinatos do mundo e suas formas de resistir à dominação.

Sabemos que o legado de Thompson às ciências humanas é ainda instigante e rico, e que autores brasileiros ainda são influenciados por ele, como acerca de sua análise da formação e consciência de classe, por exemplo⁸. Entretanto, no que diz respeito a nossa pesquisa, gostaríamos de destacar o trabalho de Castro Neves (1998), no qual é nítida a defesa do uso do conceito de Economia Moral, que o autor percebe como um “curso de argumentos”, na medida em que articula moral, política e mercado. A importância de Thompson dá-se ao verificar que o que podia ser visto como “resquício” pela historiografia operária na verdade poderia ser resgatado como elementos constitutivos de uma cultura plebeia e, consequentemente, como uma forma de se relacionar com o mercado:

A defesa de valores comunitários, que a racionalização capitalista transforma em “tradicionalismo” ou “ignorância popular”, unifica estas lutas ao fornecer uma base moral relativamente sólida que tece o fio invisível e não-verbal de solidariedade que une as pessoas que formam a multidão. Por ou-

tro lado, “economia moral” também pode designar a dialética social da reciprocidade desigual (necessidade e obrigação) que está no centro de muitas sociedades. (Castro Neves, 1998, p. 52).

Tal objeto de trabalho é encontrado pelo autor no Brasil, ao contar com o conceito de Economia Moral aplicado a uma sociedade paternalista nordestina, verificando-se que o “tradicionalismo” pode vir a ser importante elemento de mobilização e resistência. O leque aberto por Thompson para novas – e ilimitadas – pesquisas é tal que permite a Castro Neves (1998) uma nova reflexão acerca da ação das multidões no estado do Ceará no Brasil, de fins do século XIX ao início do século XX.

O autor alerta para o fato de que a ação de multidões de pessoas esfomeadas pelas crises periódicas de seca que assolam o sertão cearense tem como data marcante o ano de 1877 quando cerca de 100.000 pessoas invadiram Fortaleza, que contava então com 25.000 habitantes. Veja-se, portanto, a possível imagem do caos, numa cidade que tem sua população quintuplicada por esfomeados que, inclusive, atacam um trem carregado de alimentos. Castro Neves (1998) verifica que tal evento ainda ocorre num contexto de dominância de um sistema social paternalista marcado pela deferência e pela submissão que, em contraposição, exigia a proteção dos dominantes em períodos de crise e que deixava aberta a possibilidade de ações violentas de cangaceiros – “banditismo social” – e de costumes como o de “lavar a honra com sangue” que, apesar de tudo, mantinham o paternalismo em equilíbrio. Dessa for-

7 Que não deixa de ser semelhante a ideia do campo de forças de Thompson.

8 Para tal discussão veja-se o trabalho de Fortes (2006), por exemplo.

ma, até 1877 em épocas de seca, os camponeses podiam ocupar as terras férteis dos fazendeiros, sua água ou mesmo refugiar-se nos currais, era a forma através do qual o fazendeiro “cuidava da sua gente”.

A partir de meados do século XIX dois acontecimentos começam a abalar essa lógica paternalista, em primeiro lugar a Lei de terras de 1850, tornando as propriedades legítimas dos grandes fazendeiros – à custa de terras indígenas, por exemplo – com escrituras lavradas em cartórios e a expansão da economia agrária mercantil, em particular do algodão, que se tornava um bom negócio devido à falência da produção algodoeira dos Estados Unidos em virtude da Guerra de Secessão (1861-1865). Dessa forma, com a valorização das terras, o camponês passa da condição de um migrante eventual para um retirante, pois os laços de reciprocidade se afrouxam e as “turbas” dirigem-se agora para as cidades em busca da proteção das autoridades. Portanto, após 1877, cada vez mais as secas tornam-se um problema social, pois a multidão exige proteção agora do poder público, contestando a racionalidade capitalista que se instala numa sociedade ainda paternalista. A proximidade do trabalho de Castro Neves (1998) com os trabalhos de Thompson salta aos olhos, de forma que a conclusão do autor nos interessa sobremaneira:

A “economia moral”, portanto, como expressão de uma resistência geral e plebéia aos avanços dos princípios da “economia de mercado”, permanece como categoria de análise cuja validade ultrapassa os limites da obra de Edward P. THOMPSON e é permanentemente atualizada pelas transformações históricas. Significa dizer que o espaço para uma interpretação “moral” a respei-

to das formas de produção da riqueza social e de seu mecanismo de distribuição – o mercado – está sempre aberto para aqueles que não se conformam aos modelos estabelecidos de (in)justiça social. (Castro Neves, 1998, p. 57).

Nesse sentido é que a Economia Moral proposta por Thompson está diretamente ligada à resistência cotidiana, o que nos permite discutir as duas questões quase ao mesmo tempo. A quebra dos laços de Economia Moral pelos dominantes em busca do estabelecimento de uma Economia de Mercado, que significa uma verdadeira traição a visão moral dos dominados, colocando em xeque uma tradição de valores compartilhados pela comunidade, valores esses que lhe davam a sensação de segurança e conforto. É o rompimento de um pacto que dá sensação de proteção a pessoas que convivem periódica e perigosamente próximas de um limite a partir do qual suas necessidades básicas podem não ser mais satisfeitas. E isso gera respostas imediatas – resistência cotidiana – das mais variadas formas, como nos aponta o autor.

Outro trabalho recente que recupera a importância de Thompson é Fortes (2006), um autor brasileiro que nos chamou a atenção pelo destaque feito a duas questões:

Em primeiro lugar, ao defender a contemporaneidade da obra de Thompson, em particular em “A Formação da Classe Operária Inglesa”, pois nos mostra como ele se diferencia de muitos historiadores – por exemplo Hobsbawm – no tocante ao “fazer-se da classe operária”. Tal discussão foge do nosso objeto de estudo, entretanto, é importante lembramos que nessa trajetória de “construir-se”, a classe operária inglesa beneficia-se de uma “cultura polí-

tica de oposição”. Ao chamar a atenção para a importância da formação de clubes jacobinos na Inglaterra de fins do século XVIII, da expansão do metodismo e suas noções de autodisciplina e de convivência em comunidade, de autodidatismo e autoaperfeiçoamento de artesãos radicais, ele destacou os “elementos de continuidade subterrânea” de uma cultura popular de oposição que muito legou à classe trabalhadora inglesa e que pode ser pensada em termos de uma cultura de resistência ligada às tradições populares, desenvolvendo-se passo a passo com o capitalismo. Eis uma das riquezas do trabalho de Thompson: conforme o capitalismo avança pela Inglaterra, as classes trabalhadoras são diretamente prejudicadas por ele ao mesmo tempo que resistem, criando e recriando uma nova cultura de resistência.

Nesse sentido é que Fortes (2006) pode apresentar Thompson como um precoce inimigo do neoliberalismo, pois ele recupera séculos de uma tradição de enfrentamento entre dominantes e dominados. Quando da emergência do neoliberalismo – perfeitamente coerente com esse processo histórico – as formas de reação popular já estão à disposição após séculos de desenvolvimento. Dessa forma, não seria de se espantar que elementos como uma “tradição clandestina cooperativa”, calcada na valorização de um senso de comunidade – herdado do metodismo – possa ser encontrado em manifestações populares no século XXI. Ou seja, a Economia Moral talvez tenha perdido batalhas importantes contra o Mercado Livre na Inglaterra, mas continua atualmente a travá-las em vários outros lugares do planeta e o estudo da história inglesa da classe trabalhadora, feito por Thompson, retoma o que chamamos de herança de resistência popular.

2. JAMES C. SCOTT: A ECONOMIA MORAL NA MALÁSIA DO SÉCULO XX

Para James C. Scott o conceito de “economia moral” não serve apenas para pensar sociedades que antecederam ao capitalismo, é também um instrumento para estudar os movimentos sociais nos séculos posteriores ao que Thompson estudou, até mesmo na atualidade, em grupos sociais que lutam por liberdade e mesmo por atuar politicamente e chegar ao poder, como ocorre nos séculos XX e XXI, não sendo apenas uma luta de caráter “econômico”.

Acreditamos que o trabalho de Scott (1976) – “The Moral Economy of the Peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia” – lançado cinco anos após o de Thompson – “The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century”, de 1971 - apresenta três elementos fundamentais para a valorização do enfoque da resistência cotidiana. O primeiro deles é o conceito de “safety first”:

Segundo Scott (1976, p. 5), o princípio da “segurança em primeiro lugar” é o que fundamenta uma grande variedade de arranjos técnicos, sociais e morais de uma ordem agrária pré-capitalista. Os camponeses preferem culturas tradicionais e técnicas de produção que são conhecidas por garantirem a produção requerida pela família (Haggis ET a. 1986: 1436; Scott, 1976, p. 7). A unidade doméstica familiar é chave no comportamento econômico, social e político de todos os camponeses e não apenas aqueles no sudeste asiático. (Menezes, s/d).

O conceito de “safety first” é um bom instrumento para pensar grupos sociais que vivem ameaçados pela miséria absoluta, não de-

vendo ser aplicado a qualquer sociedade camponesa sem uma análise prévia. Ao mesmo tempo, ele pode ser válido para comunidades não camponesas, como pescadores, onde as necessidades básicas nem sempre são supridas. O medo da penúria e da fome tende a fazer com que camponeses muitas vezes recusem métodos novos de produção, ficando enclausurados no que Scott chama de “perímetro defensivo”, constituído por métodos tradicionais e seguros. Entretanto, isso não significa rejeição total a qualquer inovação, principalmente quando a subsistência básica não está em risco.

A segunda questão refere-se às normas de justiça, afirmamos anteriormente a preocupação da “turba inglesa” do séc. XVIII apontada por Thompson, em estabelecer o preço justo e, além disso, chamamos a atenção para o fato de ele notar a organização da ação da multidão, não no sentido de roubar, mas de confiscar os alimentos vendidos a preços extorsivos e pagar por eles um “preço justo”. A justiça tem como base uma intrincada rede de reciprocidades, tanto interna à comunidade quanto externamente: atitudes são tomadas com relação a amigos e parentes em caso de crise e/ou necessidade e, conseqüentemente, atitudes são esperadas da parte de quem prestou algum favor ou ajuda. O mesmo se aplica a elementos exteriores à comunidade, como na relação com os patrões, por exemplo, como Scott discute em seus trabalhos dando grande atenção à quebra de tradições por parte de fazendeiros da Malásia, o que gera revolta, e que até mesmo em relação ao Estado Nacional isso se aplica e, provavelmente, ajuda a explicar a decep-

ção das populações com governantes em países com numerosa presença camponesa. Entretanto, essa noção de justiça - assim como os próprios princípios de reciprocidade - não é estática, ela muda conforme os panoramas históricos e das subjetividades em jogo, ou seja, o que é considerado justo para um grupo não necessariamente o será para outro, fazendo com que a história específica de cada povo e lugar não possa ser descartada, o que reafirma o uso da experiência que Thompson apontava, centrando análise nos homens reais:

If the analytical goal of a theory of exploitation is to reveal something about the perceptions of the exploited - about their sense of exploitation, their notion of justice, their anger - it must begin not with an abstract normative standard but with the values of the real actors. (Scott, 1976, p. 160).

Além da reciprocidade, o princípio da subsistência também influencia naquilo que uma comunidade considera justo ou injusto, pois os grupos dominados têm percepção do “direito à vida” e, para tal, não incluem apenas direitos à alimentação, mas auxílio à saúde, educação, funerais dignos, festas, etc.⁹:

The operating assumption of the “right of subsistence” is that all members of a community have a presumptive right to a living so far as local resources will allow. This subsistence claim is morally based on the common notion of a hierarchy of human needs, with the means for physical survival naturally taking priority over all other claims to village disparities in wealth and resources

⁹ Isso pode ser verificado nas reivindicações do Exército Zapatista de Libertação Nacional que, desde 1994, luta nas selvas do estado mexicano de Chiapas, e tem a ver com o que se considera decência, a possibilidade de receber parentes decentemente, cumprir atividades religiosas, organizar festas, casamentos, etc. Tudo isso compõe a “subsistência”.

can be legitimated unless the right to subsistence is given priority. This right is surely the minimal claim that an individual makes on his society and it is perhaps for this reason that it has such moral force. (Scott, 1976, p. 176).

O direito à sobrevivência dos dominados é praticamente um dever dos dominantes, desde que o princípio da reciprocidade assimétrica – entre patrões e empregados – não tenha sido rompida pelos dominados. Entretanto, é necessário reafirmar que a quebra do direito de sobrevivência não significa, para Scott, uma ligação automática com as rebeliões camponesas¹⁰. Contrariamente, esse é um ponto de realce em seu trabalho, pois tal rompimento – com as normas da Economia Moral – que significam um ataque aos valores e costumes compartilhados e pode gerar infinitas formas de resistências, cotidianas, que não necessariamente as armadas e que requerem diferentes graus de organização, geralmente pouca. E aqui novamente a experiência é possibilitará ao pesquisador discernir o tipo de resistência pelo qual cada grupo opta e entender o porquê dessa escolha:

Regardless of the particular form it takes, collective peasant violence is structured in part by a moral vision, derived from experience and tradition, of the mutual obligations of classes in society. The struggle for rights that have a basis in custom and tradition and that involve, in a literal sense, the most vital interests of its participants is likely to take on a moral tenacity which move-

ments that envisions the creation of new rights and liberties are unlikely to inspire. (Scott, 1976, p. 192).

É nesse momento em que Scott defende o estudo das ações cotidianas de resistências que, se não são capazes de derrubar sistemas políticos ou governos, estabelecem uma base de procedimentos que serão herdados por futuros rebeldes. Atitudes como a sabotagem, o trabalho lento, o roubo de mercadoria, ameaças anônimas etc, compõem esse arsenal que os dominados passam de geração a geração. É o que Scott chama de “as armas dos fracos”, título de seu trabalho de 1985, ainda inédito o Brasil.

E são essas reflexões que ele deixa de herança para outros pensadores que se debruçam sobre essa temática. Vejamos agora um pouco do trabalho de outro autor:

3. MARC EDELMAN: RESISTÊNCIAS TRANSNACIONAIS NO SÉCULO XXI

Em um número especial da Revista *American Anthropologist*¹¹, dedicado à reflexão acerca do trabalho de James C. Scott, Marc Edelman faz uma interessante ponte entre os trabalhos de Thompson, Scott e os movimentos transnacionais de camponeses no século XXI que, devido à sua relevância em nosso estudo, vale a pena a reflexão, pois ele defende a pertinência do conceito de Economia Moral de Scott para o século XXI por três razões:

10 Ele também rechaça a visão da falta de energia/vigor físico causado pela fome como explicação para a não ocorrência das rebeliões.

11 Focus: Moral Economies, State Spaces, and Categorical Violence: Anthropological Engagements with the Work of James Scott”. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, 2005.

em primeiro lugar, pela sua importância em estudos agrários e a outros objetos; em segundo lugar, ao estudar na Ásia, Scott também mostrou como os movimentos agrários, políticos e econômicos mudaram nas últimas décadas, ganhando maior importância devido à dimensão transnacional que ocupam e, por fim, em seu livro de 1976 discutiu com correntes teóricas que impactaram os debates de estudos agrários. Da mesma forma, ele destaca a importância dos estudos de Thompson, embora lembre que sua discussão acerca de Economia Moral está restrita a tempos de carência em que ocorrem conflitos no mercado:

(...) Thompson reminds us that his own conception of “moral economy” was “in general... confined to confrontations in the market-place over access (or entitlement) to ‘necessities’ - essential food,” particularly profiteering and the beliefs, usages, forms, and deep emotions that surround “the marketing of food in time of dearth (1991) (Edelman, 2005, p. 331)

Edelman (2005) argumenta que os dois autores possuem visões muito parecidas, mas que pequenas diferenças podem ser notadas entre eles, com Scott preocupando-se mais com as seguintes questões: os valores sociais dos dominados¹², preço justo, acesso a terra, a produtos e mecanismos de reciprocidade, apontando para a subsistência segura e a aversão ao risco como chave para se entender momentos pacíficos e de transição à rebelião aberta, além do fato de que a noção de “justiça” é construída por camponeses na Ásia que se baseia, principalmente, na luta pelo direito a continuar sendo agricultor:

This means, in essence, the right to continue living from the land as well as the protection of a patrimony both of public-sector institutions, which made being an agriculturalist possible and which are now target by neoliberal privatizers, and of plant germplasm and cheese cultures, which peasants’ antagonists now sometimes euphemize and covet as “intellectual property”. (Edelman, 2006, p. 332)

Tanto Thompson quanto Scott entendem o mercado enquanto construção política e, portanto, local de uma luta social. Entretanto, Thompson preocupa-se mais com a condição de consumidores do mercado, em sua luta por acesso a produtos e direitos, em épocas de crise, incrementando os debates sobre a história do mercado, natureza humana e instituições, ao passo que Scott, ao focar uma “teoria fenomenológica da exploração”, alarga a aplicabilidade do conceito de Economia Moral, ampliando seu uso no tempo e no espaço¹³.

É esse conceito que permite que se perceba uma lógica histórica de resistência contra o estabelecimento de um mercado livre, em diversos locais e nos ajuda a pensar o contexto contemporâneo, no qual o desenvolvimento capitalista tem provocado muitas mudanças nos camponeses, que não podemos deixar de observar. Assim, para o autor é necessário considerar uma “economia moral rural contemporânea”, relacionando-a ao imaginário e consumo urbanos, precipitado por uma crise demográfica nas famílias camponesas, o que limita em muito a participação no sistema de ajuda coletiva, modificando antigos preceitos de reciprocidade:

12 Diferentemente de Thompson, que centra sua atenção nos consumidores do mercado inglês.

13 No decorrer do texto, o autor discute as influências que Scott recebeu de outros autores, o que se afasta de nosso objetivo.

Today's campesinos, when they remain on the land, have frequently had to learn not only about fertilizing with chemicals of grafting fruit trees, as Warman suggest, but also the language of bankers and lawyers, market intelligence and computers, business administration and phytosanitary measures, biotechnology and intellectual property, and at least the rudiments of trade policy and macroeconomics. They have had to become sophisticated and wordly. (Edelman, 2005, p. 337).

Desde a crise mundial da década de 70 do século passado, verificamos um processo de ascensão de Instituições Supranacionais – tais como FMI, Banco Mundial – que tornou possível a emergência de novos movimentos camponeses e organizações em redes globais, além de outros acontecimentos importantes nos últimos anos, tais como o Fórum Social Mundial e problemas políticos internos em países de acentuada população camponesa, como Equador e Bolívia, o que leva a pensar na globalização também de princípios da economia moral, como orientadores de comportamentos sociais anti-neoliberais.

Talvez o maior exemplo de atuação transnacional de camponeses no mundo venha a ser a Via Campesina, organizada em 1993 na Bélgica e atualmente congregando mais de 50 países, focando suas “demandas e campanhas políticas em direitos humanos, reforma agrária, meio ambiente e agricultura sustentável, biodiversidade e recursos genéticos, reforma do estado e comércio, entre outras” (Edelman, 2005, p. 338). Tal diversidade de ações para os movimentos mundiais camponeses podem ser concentrados, em primeiro lugar, na luta contra a supervisão agrícola da WTO – World Trade Or-

ganisation Agreement on Agriculture - criticada em seus quatro pontos básicos, vejamos:

1. Produto agrícola não é mercadoria, mas meio de vida.
2. Regras deveriam ser só para alimentos comercializados internacionalmente.
3. Não há “mercado mundial” de produtos agrícolas.
4. WTO não é democrática, é irresponsável, pois aumenta desigualdade e insegurança, promove consumo padrão, erode diversidade, despreza prioridades sociais e de meio ambiente.

Edelman (2005) lembra que a Via Campesina não tem como objetivo criticar os subsídios, mas estabelecer normas de “preço justo” para os produtos, o que implica numa regra de economia moral, só que agora como uma “norma transnacional universal”, pois ela não somente embasa princípios de movimentos sociais como também de ações coletivas e difusas. Ou seja, os movimentos antiglobalização econômica se utilizam de princípios da economia moral.

Outro elemento aglutinador nessa luta é o conceito de “food sovereignty” – “alimento soberano” - como o direito de todos, o que pode ser exemplificado por diversas lutas travadas recentemente, nas ações de Bové contra o MacDonalds, a luta contra os transgênicos, ou na defesa das oliveiras da Palestina. Tal organização levou, inclusive à formação da “Caravana das Pessoas pelo Alimento Soberano”, em 30/9/2004:

The caravan's final declaration highlights the moral economic aspirations behind this multifaceted transnational demonstration:

Food Sovereignty is the inalienable RIGHT of peoples, communities, and countries to define, decide and implement their own agricultural, labour, fishing, food and land policies which are ecologically, socially, economically and culturally appropriate to their unique circumstances. It includes the true right to food and to produce food, which means that all people have the right to safe, nutritious and culturally appropriate food and to food producing resources and technologies and the ability to sustain themselves, their societies. The People's Caravan is calling for an International law and institute food sovereignty as the principal policy framework for addressing food and agriculture. (People Caravan for Food Sovereignty 2004) (Edelman, 2005, p. 340).

A luta pelo direito ao “alimento soberano”, ao mesmo tempo em que precisa recuperar a ideia de normas morais, preço justo, acesso à terra, injustiça das leis de mercado etc., também representa uma luta mais radical, pois busca colocar nas mãos dos produtores diretos, camponeses e cidadãos em geral, a liberdade de escolha acerca dos alimentos, sua qualidade, sua própria noção de “mercadoria” e analisar criticamente as leis do mercado internacional. Isso leva a novas especificidades que os movimentos sociais transnacionais têm gerado, fruto de uma continuidade organizacional e histórica, que vai do local ao nacional, daí ao regional e, por fim, ao transnacional, o que requer novos graus de sofisticação política, novas alianças e movimentos em diferentes espaços geográficos e institucionais:

Num artigo que fecha o dossiê sobre James Scott, ele próprio comenta ver com bons

olhos os trabalhos de Edelman (2005), ao reconhecer a influência que recebeu de Thompson – além de Chayanov e Polanyi – e destaca a oportuna observação do autor acerca do aumento da insegurança nas sociedades camponesas após a globalização econômica:

What has happened, as I understand Edelman's argument, is that the scale of “market failure” has been vastly amplified and that, as a consequence, the scale of Polanyian reflexes of self-protection must correspondingly be amplified. Typically, in the world that Polanyi, Thompson, and I were describing, the remedy for the collapse of local-insurance arrangements designed to avoid subsistence crises lay in new rational schemes of social insurance. (Scott, 2005, p. 397).¹⁴

Scott (2005) concorda com Edelman (2005) no sentido de que, se o capital internacional está “embebido” em instituições e agribusiness multinacional, também os esquemas de seguro social precisam ser internacionalizados, embora Scott pareça cético com relação à formação de uma “Internacional Camponesa”. Em outros trabalhos publicados anteriormente, Edelman já vinha desenvolvendo interessantes argumentos acerca dos novos movimentos sociais camponeses, em 1998 ele reflete acerca de políticas camponesas transnacionais, tomando camponeses na América Central como alvo de estudo e ressaltando a rápida internacionalização das políticas camponesas em contraposição à lentidão de trabalhos acadêmicos em acompanhá-los. Em seu artigo ele acompanha a formação, em 1991, da Asociación Centroamericana

14 Essa insegurança crescente caminha lado-a-lado com o desmantelamento do Estado de Bem-Estar-Social, conforme discutiremos adiante com Castells (1999a), (1999b) e (1999c).

de Organizaciones Campesinas para la Cooperación y el Desarrollo (ASOCODE), e suas estratégias de ação, ao enviar delegações para Europa, ao mesmo tempo em que abria um escritório em Manágua para facilitar intercâmbios, e fazer uso de contribuições de entidades europeias para organizar seminários com líderes camponeses.

Em termos de atuação política, a ASOCODE buscou assediar ministros e presidentes na tentativa de organizar lobby, entre as várias consequências da atuação da entidade, destaca-se sua presença como “para-choques” contra a repressão camponesa nos vários países centro-americanos, o fato de servir como fonte de informação para barrar mudanças políticas e de fornecer alternativas aos problemas camponeses sem que gere confrontos, o que contribui para a democratização, gerando debates sobre temas relacionados à questão agrária, auxiliando a atuação política conjunta entre bancos, ministros de Estado e camponeses, além da óbvia consequência de valorizar a presença de movimentos populares em corpos supranacionais.

A existência da ASOCODE, na opinião de Edelman (1998), trouxe colaborações sugestivas para as organizações camponesas, num processo de “globalização de baixo”, que cria redes internacionais de alianças inclusive com grupos não ligados diretamente à agricultura, propondo novas formas de desenvolvimento e marcando um novo estágio na organização de movimentos sociais que, todavia, não se esquecem das tradições.

Ao continuar suas reflexões sobre a América Central, ele analisa movimentos sociais surgidos na Costa Rica e, em um artigo curto,

apresenta questões importantes para nosso trabalho que vale comentar. Uma primeira observação está relacionada à participação nos movimentos sociais, segundo o autor, é preciso levar em consideração que em suas ações normalmente a participação é de uma minoria e que trabalhos de teoria da ação coletiva, como assinala Mancur Olson, por exemplo, não explicam a contento, pois encaram o indivíduo como um ser isolado, sem laços sociais, sem paixões ou ideologias e portador de uma racionalidade exagerada que quase nunca corresponde à realidade. De tal forma, para Edelman (2003), um tema a ser pensado acerca dos movimentos sociais é o distanciamento que muitas pessoas sentem a respeito deles, o que pode levar-nos a pensar e analisar o não-militante e suas razões para tal distanciamento.

Outra questão interessante é o fato de que os cientistas sociais possuem uma tendência a tomar a fala de organizações formais como as mais importantes, cristalizando a sua concepção a cerca de determinado processo quando, em muitos casos elas já se tornaram “organizações fictícias” e, dessa forma, o pesquisador tende a não enxergar outros processos organizados informalmente, outras ações coletivas e espontâneas, que “escapam” às organizações formais. Ele aponta ainda para os “ciclos de protesto” – como também havia chamado a atenção James Scott – que tende a atrair a atenção dos pesquisadores nos seus momentos de auge, tais como confrontações diretas, greves, manifestações etc, mas que deixam para um segundo plano de análise o momento em que o movimento perde força, quando não há “tumulto”¹⁵.

15 Isso é o que procuramos fazer, ao analisar tanto os momentos de enfrentamento quanto os de “calmaria” através dos comunicados nos sites dos movimentos bolivianos.

Por fim, aponta ainda para os novos movimentos sociais, mais ligados a questões de gênero, raça, etnia, meio ambiente e mostra a necessidade de pensar essa “novidade”, afinal desde o século XIX questões como cultura e identidade já estavam presentes nos estudos, embora os aspectos econômicos, ao serem preponderantes, eclipsavam-nos. E, além disso, a partir dos anos 90 do século passado a união dos movimentos sociais contra a globalização econômica, produz um novo nível de unidade contra o crescimento de corporações transnacionais e organismos internacionais, o que torna esses movimentos também transnacionais: “son movimientos que exigen respeto por los derechos y las identidades diversas de los seres humanos y a la vez reivindican câmbios profundos en el sistema economico mundial” (Edelman, 2003, p. 2003). É dessa forma que devemos entender a discussão que ele aponta em seu texto de 2005 acerca da soberania alimentar como um novo elemento mobilizador das lutas contra a globalização econômica.

Nessa linha destacamos ainda para as reflexões de Naomi Klein, jornalista e ativista canadense, que aponta para modificações nas ações e formas de pensar das pessoas na contemporaneidade:

Los estudiantes estadounidenses están echando a puntapiés los anuncios de las aulas. Los ecologistas y los ravers europeos están organizando fiestas en lugares de abundante tránsito. Los campesinos tailandeses sin tierra están plantando vegetales orgánicos en campos de golf profusamente regados. Los trabajadores bolivianos están haciendo retroceder la privatización de sus reservas de agua. Herramientas como Napster han estado generando una especie de co-

mún en internet, donde los jóvenes pueden intercambiar música entre sí, en lugar de comprársela a las compañías multinacionales. (Klein, 2001, p. 155)

Para a autora, não se trata mais de esperar a Revolução, mas atuar no cotidiano, onde se mora, estuda, trabalha etc. Foi à ambição desmedida das empresas que criou um inimigo global comum e um elo unificador, ao perceber que nas privatizações o “comum” é perdido. Daí que o movimento antiglobalização atual lembra os antigos movimentos antimerca- do estudados por Thompson, pois fazem parte do mesmo processo histórico, crescendo e se desenvolvendo juntamente com o capitalismo e, inclusive, lidando com uma nova visão acerca de hierarquia:

En lugar de formar una pirâmide, tal y como hacen la mayoría de los movimientos, con los líderes en la cumbre y los seguidores por debajo, el movimiento se asemeja más a una compleja red. Em parte, esta estrutura de tipo redes es el resultado de una organización basada em internet. (Klein, 2001, p. 159)

Nessa batalha de séculos, novas armas entram em cena, como o uso da internet, levando a contendas em outro local, o ciberespaço. É nítido como os atuais movimentos sociais valem-se desse local para confrontar o capitalismo e, nesse sentido, convém lembrar rapidamente as ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional que, desde 1994 vem confrontando os governos mexicanos e escolhido o ciberespaço como um local para expor suas reivindicações, não apenas de caráter local, mas contra o processo de globalização econômica e,

é nesse momento que o subcomandante Marcos recolhe simpatias pelo mundo todo ao seu projeto.

Sem querer aprofundar muito esse tema, satisfazemo-nos em lembrar que o movimento zapatista foi chamado de “primeiro movimento informacional”, de “netwar” ou “guerra de tinta”. Dessa forma, os zapatistas não apenas valem-se da ferramenta da internet – como atualmente dezenas de organizações indígenas – como também recorre ao passado, à tradição, colocando no cenário dos movimentos sociais a retomada não apenas de estratégias de ação como também de simbologias e crenças que, simplesmente por sua existência, já são extremamente subversivas ao capitalismo.

CONCLUSÕES

Acreditamos que o conceito de Economia Moral mais do que nunca pode nos ajudar a pensar o mundo do século XXI e, em especial os movimentos sociais que têm se rebelado contra as políticas neoliberais. Cada vez que normas de conduta se chocam, serão muitos séculos de embates pela frente e esses autores nos fornecem elementos importantes para reflexão.

Os trabalhos de E. P. Thompson nos mostraram que a Economia de Livre Mercado passou por uma longa luta para se impor na Inglaterra, contrastando com princípios da Economia Moral, da mesma forma pode-se pensar para o que Thompson chama de “campo de força societal” (Thompson, 1974, p. 11) aparece nas entrelinhas dos discursos e das ações dos movimentos sociais. A própria tese thompsoniana de que na legislação também ocorre luta de classes, de que o “direito importa” acaba tendo

ilustrações bem significativas dos confrontos. Assim também outros autores mais atuais corroboram a importância de ler Thompson ainda hoje, como Castro Neves mostra ao falar que as multidões emergem perigosamente no cenário cearense quando o paternalismo que regia a sociedade começa a ruir, juntamente com a Economia Moral ou quando Fortes (2006) lembra da atualidade do autor inglês nos discursos dos movimentos antiglobalização, organizados em redes, voltados para o Bem-Estar das comunidades e da recusa de expor os bens coletivos à vontade da Economia de Mercado, sugerindo-nos que se Thompson estudou os operários ingleses, talvez nós devamos estudar esses “novos sujeitos” que também estão se formando.

James Scott trouxe Thompson para os dias de hoje, mostrando que a Economia Moral é um conceito que ainda está longe de ser esgotado, fortemente ancorado em três pilares: a dos “safety first”, da justiça/reciprocidade e do “direito à vida”. Ao estudar a Malásia ele mostra as variedades da resistência camponesa, adaptáveis a cada contexto histórico, e sua relação com o Teatro da Dominação, onde são travados constantemente debates entre dois discursos, o oculto e o público. Conclui pela pouca importância da liderança camponesa e da revolução vitoriosa ou fracassada, que tende a cegar os analistas para aquela outra ação, cotidiana e sempre presente.

Já Marc Edelman traz os conceitos de Economia Moral para o século XXI e destaca a revalorização de seus princípios enquanto elementos mobilizadores em torno de uma “Economia Moral Rural Contemporânea”, contrária à globalização econômica e a tendência da disseminação de uma insegurança generalizada, mas que afeta principalmente as camadas mais

pobres das sociedades, onde se encontram os camponeses e os índios. Daí que a valorização da “soberania alimentar” torna-se um elemento importante que pode unificar essas camadas, produzindo movimentos sociais transnacionalizados, como de camponeses e indígenas, por exemplo.

Provavelmente estamos apenas no limiar do surgimento de novas formas de atuação e participação política, que poderão nascer dos eventos que estão sacudindo o mundo do século XXI, mostrado que “um novo mundo é possível” e que, se ele vier, será edificado por cima dos alicerces de lutas de séculos.

Trabalho recebido em 02/05/2013

Aprovado para publicação em 10/08/2013

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO NEVES, Frederico de. *Economia Moral versus Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)*. *Projeto História*, São Paulo, (16), fev. 1998.
- EDELMAN, Marc. Bringing the Moral Economy back in... to the Study of 21 st-Century Transnational Peasant Movements. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, September 2005.
- _____. *Global Trade Rules and Smallholding Agriculture: problems for Sustainability*. Global Trade Rules and Smallholding Agriculture: Problems for Sustainability,” invited paper, Queen Elizabeth House 50th Anniversary Conference on New Development Threats and Promises, Oxford University, July 3-4, 2005.
- Disponível em <http://www.qeh.ox.ac.uk/dissemination/conference-papers/edelman.pdf>. Acesso 10 abr 2007.
- _____. *Movimientos sociales y campesinado. Algunas reflexiones*, invited lecture, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad de Costa Rica, San José, July 1, 2003. Disponível em: <<http://iis.ucr.ac.cr/publicaciones/libros/textos/5/medelman.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2007.
- _____. *Transnational Peasant Politics in Central America. In Latin American Research Review*, vol. 33, number 3, 1998.
- FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de E.P. THOMPSON. In *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.18, n.1, junho 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/v18n1/30014.pdf> . Acesso em 21 jan 2008.
- KLEIN, Naomi. Reclamemos los Bienes Comunes. In *New Left Review* 9, May-June 2001, PP. 81-89. Disponível em <http://www.newleftreview.org/?view=2323>. Acesso em 12 fev 2008.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. *Economia Moral: um conceito para o campesinato?* (mimeo.).
- _____. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In *Raízes*, Campina Grande, vol.21, nº 01 – janeiro a junho de 2002.
- SCOTT, James C. Afterword to “Moral Economies, State Spaces and Categorical Violence”

ce”. In *American Anthropologist* – vol. 107, issue 3, September 2005. University of California Press.

_____. Formas cotidianas da resistência camponesa. In *Raízes*, Campina Grande, vol.21, nº01, p. 10-31, jan/jun 2002.

_____. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2000.

_____. *The Moral Economy of the Peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven and London, Yale University Press, 1975.

_____. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII in *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b, p. 150-202.

_____. Economia Moral Revisitada in *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998c, p.203 – 266.

_____. Prefácio in *Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. p. 9-14.